

# Reverberações de um poema inacabado: do Grande Inquisidor às distopias do século xx

Lucas Laurentino de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é investigar como os problemas postos por Dostoiévski na “Parábola do Grande Inquisidor”, presente em *Os Irmãos Karamázov* (1881) adquirem importantes e por vezes inesperadas ressonâncias em ao menos três distopias do século XX: *1984*, de George Orwell, *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury e *Eu, Robô*, de Isaac Asimov. Identifica-se como principal problema posto em relevo na obra dostoiievskiana o da liberdade humana e suas consequências. Tal problema é apresentado em maior ou menor grau nas demais obras analisadas, o que garante uma espécie de continuidade do assunto, sendo levada para direções diversas, seja a política totalitária de Orwell e sua teoria do poder, seja a da indústria cultural de Bradbury e sua sociedade espetacularizada, seja a da ficção científica de Asimov e a sua técnica alçada às últimas consequências. Além disso, procura-se identificar em outro romance de Dostoiévski, *Os Demônios* (1871), os sinais dessas mesmas preocupações de viés distópico a partir da teoria do personagem Chigalióv.

**Palavras-chave:** Dostoiévski; Distopias; Grande Inquisidor

---

<sup>1</sup> Mestrando na UFRJ pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. E-mail: lucas2abril@gmail.com.

*Por que vive o homem?  
Quem o força a isso,  
prisioneiro insonte?*

(C. Drummond de Andrade – Especulações em torno da palavra homem)

Não parece absurdo, apesar de arriscado e algo temerário, afirmar que a “Parábola do Grande Inquisidor”, inserida em *Os Irmãos Karamázov*, é a primeira distopia moderna. Objete-se o fato de esta história se passar no século XVI, mas a data importa muito pouco para o que é dito. Além disso, não há diferenças substanciais entre a Sevilla quinhentista de Ivan Karamázov e a Oceânia de George Orwell em seu *1984*. Se levarmos essa comparação mais adiante, não tardaremos a ver que um dos lemas mais repetidos no romance orwelliano, “LIBERDADE É ESCRAVIDÃO”, parece condensar a seguinte passagem da parábola: “Nenhuma ciência lhes dará o pão enquanto eles permanecerem livres, mas ao cabo de tudo eles nos trarão sua liberdade e a porão a nossos pés, dizendo: ‘É preferível que nos escravizeis, mas nos deem de comer’.” (p.351).

Se não nos limitamos ao modelo maior de distopia do século XX e procuramos em outra, menos impactante, mais sutil, *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, temos novamente alguns ecos do discurso do Grande Inquisidor:

Pergunte a si mesmo: O que queremos neste país, acima de tudo? As pessoas querem ser felizes, não é certo? Não foi o que você ouviu durante toda a sua vida? Eu quero ser feliz, é o que diz todo mundo. Bem, elas não são? Não cuidamos para que sempre estejam em movimento, sempre se divertindo? É para isso que vivemos, não acha? Para o prazer, a excitação? E você tem de admitir que nossa cultura fornece as duas coisas em profusão. (p.82)

Seguindo-se a passagem dostoi-evskiana: “Já sob nosso domínio todos serão felizes e não mais se rebelarão nem exterminarão uns aos outros em toda parte, como sob tua liberdade.” (p.357). Poderíamos elencar ainda a problemática da felicidade entorpecida de *Admirável Mundo Novo*, ou da “utopia das máquinas” de *Eu, robô*, ou ainda o bizarro método Ludovico de *A Laranja Mecânica*, mas isso certamente extrapolaria, e muito, os limites deste ensaio. Mais do que fazer pontes entre o conto de Dostoiévski e as obras novecentistas, importa mostrar como as preocupações do romancista russo ganham ressonância ao longo de todo o século seguinte e ainda nos dias atuais, sem tirar nem por. Aliás, caberia até uma revisão acerca da suposta genealogia do gênero distópico, comumente atribuída a *Nós* (1924), de Zamyatin ou a *O tacão de ferro* (1900), de Jack London. De acordo com nossa proposta, o gérmen do que viriam a ser as distopias se encontra em *Os Irmãos Karamázov*, que é de 1881. Aliás, não é exagerado supor que essa linha de pensamento acerca de uma possível sociedade opressiva já se encontra em *Os Demônios* (1971), também dostoi-evskiano, com a abstrusa teoria político-social de Chigalióv, a que recorreremos mais adiante.

De fato, há que se demarcar as diferenças gritantes entre os estilos dos três autores aqui citados e suas respectivas obras. Conquanto seja menor em número de páginas que os dois romances referidos, a parábola do Grande Inquisidor atinge níveis, digamos, cósmicos ou escatológicos que tanto a teoria política do poder totalitário de Orwell quanto teoria da cultura de massas de Bradbury não são capazes de chegar. O que o discurso do Inquisidor mobiliza é diretamente relacionado ao destino humano como um todo, à possibilidade de haver algo mais do que a vida dos

indivíduos em sociedades, à própria condição humana.

A parábola do Grande Inquisidor trabalha em cima de dois temas antitéticos e um problema prático-moral. Os temas são a oposição entre a liberdade e a felicidade humanas, impossíveis de serem conciliadas. O problema prático-moral está em uma pergunta “simples”: como limitar ao máximo a liberdade humana? É moral porque envolve um julgamento acerca das possíveis justificativas para uma ação dessa magnitude e impacto: o homem dever ser feliz ou livre? Se é feliz, coloca um fim último para sua existência, ou seja, aceita a morte; se é livre, precisa lidar inteiramente com as consequências de cada decisão tomada, precisa responsabilizar-se pelas suas ações, o que implica a sua infelicidade e sofrimento. É prático porque mobiliza atitudes concretas e reais, isto é, alguém ou um grupo que *deve* tomar as medidas necessárias. Essa problemática está posta a partir da passagem bíblica das três tentações pelas quais Cristo passa. É esse evento que, para o Inquisidor, “oferece” as informações básicas para a resolução do problema colocado. Segundo ele, “Existem três forças, as únicas três forças na terra capazes de vencer e cativar para sempre a consciência desses rebeldes fracos para sua própria felicidade: essas forças são o milagre, o mistério e a autoridade” (p.354-5). Cada força corresponde a uma resposta à tentação de Satanás (ou do Espírito Maligno, como é referido na parábola).

O que acontece, no entanto, é que as respostas do Inquisidor são opostas às dadas por Cristo. Isso vai ao encontro das conclusões que cada um chegou após conscientizar-se a respeito da questão da liberdade. É ela a fonte de todo o sofrimento humano e é ela a causadora de muitas mortes. É o próprio Inquisidor quem conclui que o homem não é capaz de suportar o

peso da liberdade. E ele sinceramente acredita que, entre a liberdade e a felicidade, o homem deve optar pela segunda, pois a primeira ultrapassa todas as suas forças, está além do que ele é capaz de aguentar. “Não existe nada mais sedutor para o homem que sua liberdade de consciência, mas tampouco existe nada mais angustiante.” (p.353). No caso do Cristo, ele se recusou a aceitar qualquer coisa que limitasse, por um décimo que fosse, a liberdade humana. O “amor livre” deveria ser o princípio de toda a relação do homem com Deus e com seus semelhantes.

É dessa forma que cada tentação se mostra como um meio de controlar o ser humano, a começar pela transformação das pedras em pães. “Transforma-as em pão e atrás de ti correrá como uma manada a humanidade agradecida e obediente, ainda que tremendo eternamente com medo de que retires a tua mão e cesse a distribuição dos teus pães.” (p.351). A resposta de Cristo foi a recusa. Ressalte-se que ele, naquela situação, passava uma fome excruciante, visto que se encontrava no deserto há semanas. E ainda assim recusou-se a deixar-se levar pela tentação. Já o Inquisidor viu nisso outra resposta: o milagre, logo, a fé em troca do milagre. Ele não tinha em mente aqueles capazes de resistir à fome, de ver que essa seria uma “solução fácil”, mas justamente todos os outros fracos, infelizes e famintos. É por acusar Cristo de “elitismo” que o Inquisidor se justifica na sua decisão:

E se em nome do pão celestial te seguirem milhares e dezenas de milhares, o que acontecerá com os milhões e dezenas de milhares de milhões de seres que não estarão em condições de desprezar o pão da terra pelo pão do céu? Ou te são caras apenas as dezenas de milhares de grandes e fortes, enquanto os outros milhões de fracos, numerosos como a areia do mar, mas que te amam, devem apenas servir de material para os grandes e fortes? Não, os fracos também nos são caros. (p.352)

A profunda des-confiança que o Inquisidor tem do homem, ou da sua capacidade de se superar, é o fundamento para as suas atitudes. De fato, ele sente por toda a humanidade quando se põe contra o sofrimento, mas é um sentimento hipócrita, pois pressupõe que o ser humano precisa ser cuidado. E quem precisa cuidar desse homem fraco e infantilizado é precisamente Ele e os seus. “Haverá milhares de milhões de crianças felizes e cem mil sofrendores, que tomaram a si a maldição do conhecimento do bem e do mal.” (p.359-360). Só que o Inquisidor obnubila suas intenções com um pretensu amor pelos homens. Ele não deixa claro o que o diferencia dos demais, o que o legitima a tomar as decisões por toda a humanidade. E é aí que chegamos à segunda tentação.

Esta é utilizada por Satanás para pôr a divindade de Cristo à prova, incitando-o a jogar-se do alto do templo. No entanto, ela distorce a noção de filho de Deus com o intuito de fazer Cristo descreer do próprio Deus. A resposta dada por Ele, mais uma vez, resiste à tentação de limitar a liberdade humana, pois, se de fato ele se jogasse e fosse amparado pelas legiões de anjos, as pessoas nele creriam por sua ascendência divina e não por livre vontade. “Não desceste da cruz quando te gritaram, zombando de ti e te provocando: ‘Desce da cruz e creemos que és tu’. Não desceste porque mais uma vez não quiseste escravizar o homem pelo milagre e ansiavas pela fé livre e não pela miraculosa” (p.354). A diferença nas respostas está no fato de que o Inquisidor abraçou essa tentação e se auto-proclamou filho de Deus, aquele com o direito de decidir o destino do homem. Por isso que ele e os seus podem controlar os seres humanos como rebanho sem pôr em xeque a legitimidade das suas ações. E esta tentação leva invariavelmente à terceira: a do poder sobre todos os reinos do mundo.

É nessa em que Satanás mostra a sua terrífica face, oferecendo abertamente a Cristo o poder sobre o mundo, desde que, resalte-se, o Cristo passe a adorá-lo. Talvez essa tentação seja mais complicada porque ela parece conferir ao tentado um poder absoluto. No entanto, a exigência de Satanás desvela o que há de subliminar na aceitação desse poder. É a total submissão a outra vontade, a completa perda do livre-arbítrio, pois adorar o Espírito é o mesmo que estar eternamente preso a este mundo, ao que há de mais material e perecível, é admitir que outra realidade, outro mundo em que a liberdade seja plena, é impossível e, assim, aceitar a morte como inevitável. Cristo rejeita essa tentação não só porque deseja o livre amor humano, mas também porque a sua escolha é livre, o seu destino de crucificação é uma decisão sua em prol dos homens, ele é o exemplo da livre vontade e da responsabilização por tal liberdade. Por outro lado, ao abraçar a segunda tentação, o Inquisidor já não é capaz de reconhecer a face do outro, a vontade do outro, mergulhado como está no seu próprio eu. Quando ele aceita a autoridade sobre os reinos do mundo, a implicação necessária é aceitar que apenas ele pode guiar a humanidade, seu único reflexo é si próprio, tornando-se, assim, um prisioneiro da própria vontade. Ainda que ele diga que está assumindo o fardo da liberdade para que os homens sejam felizes, ele é incapaz de admitir as consequências dos seus atos, visto que procura se justificar por outros meios.

É assim que *milagre*, *mistério*, e *autoridade* tornam-se as chaves para o estabelecimento do poder ditatorial. O milagre cria uma ilusão de cura, solução “fácil” para os problemas, transformar pedras em pães em vez de partilhar os pães e os peixes. O mistério, por conseguinte, seduz e pressupõe uma casta de eleitos que devem ser obedecidos e seguidos cegamente (“o

importante não é a livre decisão de seus corações nem o amor, mas o mistério, ao qual eles deveriam obedecer cegamente, inclusive contrariando suas consciências.” p.355). Daí que a autoridade se estabelece como o único meio de se viver, de se estar junto numa pretensa “união universal” (“porque a necessidade da união universal é o terceiro e o último tormento dos homens.” p.356).

São esses três procedimentos de que o Inquisidor se vale para justificar a sua opção pelo Espírito Maligno, o que denota a negação de Deus e elimina qualquer possibilidade de uma vida para além da morte. De fato, o grande objetivo do Inquisidor é fazer com que os homens morram felizes e tranquilos: “Morrerão serenamente, serenamente se extinguirão em teu nome, e no além-túmulo só encontrarão a morte.” (p.360). Há que se acrescentar que esse objetivo comunga com a ideia de união universal, um controle *total* sobre todos os homens. É o que ele nos diz com as seguintes palavras:

e proclamamos apenas a nós mesmos como os reis da Terra, os únicos reis, embora até hoje ainda não tenhamos conseguido dar plena conclusão à nossa obra. Mas de quem é a culpa? Oh, até hoje isto não havia saído do esboço, mas já começou. Ainda resta esperar muito por sua conclusão, e a Terra ainda há de sofrer muito, mas nós conseguiremos e seremos os Césares, e então pensaremos na felicidade universal dos homens. (p.356)

Estamos diante de um projeto de governo totalitário. A sentença proferida pelo Inquisidor acerca do homem, “Ele é fraco e torpe.” (p.355) pode ser levemente modificada para: *sozinho*, ele é fraco e torpe. Mas conosco, entregando-nos a sua liberdade, ele pode vir a ser forte e feliz. O sujeito atomizado previsto pelo Inquisidor é precisamente o sujeito que os governos

totalitários almejavam, e em muitos casos conseguiram, construir.

Dizemos que o projeto de poder estabelecido pelo Inquisidor é totalitário, pois ele atende a alguns “requisitos” identificados por Hannah Arendt em seu *Origens do Totalitarismo* (cuja primeira versão é de 1950). De acordo com a autora:

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. (...) Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido. (p.373)

Não nos parece fortuito que o Inquisidor insista em marcar a quantidade dos homens fracos e sofredores sempre aos milhões e “dezenas de milhares de milhões”. Ora, caberia a pergunta: se são tantos, como podem ser tão infelizes e sofrerem tanto? Basta recordarmos o milagre de Jesus da multiplicação dos pães e peixes para pensarmos que a vida em comum, se compartilhada, é o melhor meio encontrado até hoje pelo homem para ultrapassar as suas dificuldades, para superar o seu sofrimento. E a essa vida comum podemos atribuir o nome de amor. Na sociedade idealizada pelo Inquisidor, o amor inexistente, ainda que ele reafirme quase obsessivamente que ama a humanidade e os homens. Além disso, chega a ser curioso como

Arendt parece parafrasear a fala do Inquisidor quando diz que “a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana”.

E, em uma nova aproximação com 1984, temos a seguinte fala de O’Brien, o chefe e torturador do protagonista, Winston Smith:

Você conhece o lema do Partido: ‘Liberdade é Escravidão’. Nunca se deu conta de que a frase é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho – livre – o ser humano sempre será derrotado. Assim tem de ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, o que é o maior de todos os fracassos. Mas se ele atingir a submissão total e completa, se conseguir abandonar sua própria identidade, se conseguir fundir-se com o Partido a ponto de *ser* o Partido, então será todo-poderoso e imortal. (p.309)

Cabe, agora, tecer algumas considerações a respeito da obra orwelliana e, mais especificamente, do trecho destacado. Ao idealizar um superestado com centenas de milhões de habitantes governado por uma entidade denominada Partido e chefiada por um ser apenas referido como Grande Irmão, Orwell estrutura uma sociedade totalitária que atingiu seus níveis mais extremos: o apagamento total do passado e o controle psicológico dos membros do Partido por meio de um mecanismo denominado “duplipensamento”, este definido como: “a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas.” (ORWELL, 2009, p.252). Os casamentos são apenas funcionais, motivados para a perpetuação da espécie, as crianças são espiões dos próprios pais, há “teletelas” que funcionam como câmeras em todas as casas, monitorando todas as ações, até mesmo as expressões faciais, dos membros do Partido. Tais teletelas não podem ser desligadas e não se

sabe quando se está sendo vigiado ou não. Qualquer um que ousar cometer alguma “inortodoxia” é levado para o Ministério do Amor, onde é torturado a níveis absurdos e depois vaporizado, sumindo completamente da história. A vida em uma sociedade como essa parece intolerável, e realmente o é. Para aqueles que conseguem se adaptar, a única existência real é por meio do Partido, tudo é sempre em prol do Partido. Sendo assim, a escravidão de todos ao Partido, a sua submissão total é a única maneira de serem “livres”, de manterem o direito a vida. Daí não soar contraditória a afirmação de O’Brien. Só se é quando se é *por meio do Partido*. Não há uma diferença substancial entre essas ideias e o projeto do Grande Inquisidor (“Pois, quem iria dominar os homens senão aqueles que dominam suas consciências e detêm o seu pão em suas mãos? (...) Oh, nós os persuadiremos de que eles só se tornarão livres quando nos cederem sua liberdade e se colocarem sob nossa sujeição.” p.357).

Aliás, é precisamente a recorrência do termo “escravidão” nas duas obras que nos remete a outro romance dostoiévski-ano, referido anteriormente, intitulado *Os Demônios*. Neste, a personagem Chigalióv elabora uma teoria social revolucionária que, partindo “da liberdade ilimitada, cheg[a] ao despotismo ilimitado”. (p.391). Apesar de dizer que esta é a única solução possível para o sistema social ideal, não é Chigalióv quem explana o cerne da sua teoria, mas um “professor coxo”, dizendo o seguinte:

Ele propõe, como solução final do problema, dividir os homens em duas partes desiguais. Um décimo ganha a liberdade de indivíduo e o direito ilimitado sobre os outros nove décimos. Estes devem perder a personalidade e transformar-se numa espécie de manada e, numa submissão ilimitada,

atingir uma série de transformações da inocência primitiva, uma espécie de paraíso primitivo, embora, não obstante, continuem trabalhando. (DOSTOIÉVSKI, 2013, p.392-4)

Ora, a ideia de um décimo dominando nove décimos parece ser a base tanto do governo de 1984, quanto da parábola do Grande Inquisidor, já que ele nos fala dos “milhares de milhões de crianças felizes e cem mil sofrendores”. Além disso, quem melhor compreende a teoria de Chigalióv é Piotr Stiepánovitch Vierkhoviénski quando diz:

No esquema dele cada membro da sociedade vigia o outro e é obrigado a delatar. Cada um pertence a todos, e todos a cada um. Todos são escravos e iguais na escravidão. Nos casos extremos recorre-se à calúnia e ao assassinato, mas o principal é a igualdade. (...) Os escravos devem ser iguais: sem despotismo ainda não houve nem liberdade nem igualdade, mas na manada deve haver a igualdade, e eis aí o chigaliovismo! Ah, ah, ah, está achando estranho? Sou a favor do chigaliovismo! (...) Plena obediência, ausência total de personalidade, mas uma vez a cada trinta anos Chigalióv lançará mão também da convulsão, e de repente todos começam a devorar uns aos outros, até um certo limite, unicamente para não cair no tédio. (...) Desejo e sofrimento para nós, para os escravos o chigaliovismo. (p.407-8)

Não nos parece absurdo relacionar a ideia de vigilância posta logo no primeiro período ao lema orwelliano de 1984: O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ. O que talvez marque as semelhanças de forma mais acintosa seja a vontade

de apagamento da diferença. O projeto de igualdade na escravidão de Chigalióv é o de eliminar qualquer individualidade, qualquer possibilidade de distinção, ao ponto da manada. A proposta do Grande Inquisidor não se encontra muito distante disso. Basta vermos como ele acusa o heroísmo de Cristo e dos seus seguidores que resistiram às tentações de ser elitista, de não considerar as massas de milhares de milhões de fracos.

Tenha-se em vista, portanto, que o objetivo dessas formas de governo é precisamente retirar a liberdade humana de qualquer forma e, assim, evitar as suas consequências. O movimento desses poderes que caem nas três tentações<sup>2</sup> também pressupõe um *telos*, uma finalidade para a qual convergem todos os esforços. No caso de 1984, esse fim é o próprio poder em si, que tende a se perpetuar à custa das vidas de todos os habitantes de Oceânia; o Partido, no entanto, oferece a “imortalidade” aos seus membros, desde que eles se integrem incondicionalmente ao sistema do *Socing*<sup>3</sup>. No caso do Grande Inquisidor, é a felicidade geral e universal, à custa da liberdade e da possibilidade de ser para além da morte. No caso do chigaliovismo, é a igualdade de todos, à custa da cultura, da liberdade e da individualidade, todos serão uma única manada de escravos. Resta ainda comentar mais dois modelos de sociedade que nos parecem pertinentes para nosso estudo: o de *Fahrenheit 451* e o de *Eu, robô*.

No primeiro temos, a princípio, um menor detalhamento da realidade geopolítica do mundo criado por Ray Bradbury. Sabemos muito pouco dos EUA descritos, do ano em que a história se passa (há

<sup>2</sup> Defendemos a ideia de que em todos os livros comentados, o que está em jogo são as três tentações, usadas como base para a instituição dos governos totalitários. Seria extrapolar os limites deste trabalho

identificarmos detalhadamente como essa dinâmica se dá em todos os casos referidos.

<sup>3</sup> Sigla para Socialismo Inglês, usada ao longo do livro.

apenas uma vaga referência a 1990), de como o poder ditatorial foi instituído, entre outras coisas. Até porque a narrativa se centra em 5 personagens: o protagonista Guy Montag, sua esposa Mildred, seu chefe Beatty, a jovem Clarisse McClellan e o professor Faber. Seu enredo fala de um bombeiro em uma sociedade onde as casas são a prova de fogo. A sua função passa a ser, em vez de apagar incêndios, queimar coisas, mais especificamente livros. No entanto, o bombeiro em questão, após dois momentos marcantes: uma conversa com Clarisse e o testemunhar uma mulher que decide ser queimada junto com seus livros, passa a questionar a sua profissão e a relevância dos livros para a formação do ser humano.

Delineado o mote do romance, vamos ao ponto central para o nosso ensaio. Ray Bradbury não pensava, quando fez *Fahrenheit 451*, em regimes totalitários “reais”, como o fez Orwell ou Huxley com stalinismo e nazismo, respectivamente, e talvez por isso a sociedade por ele descrita não contenha o tom sufocante e opressivo de 1984. Por outro lado, esse romance nos passa uma sensação mais sutil que a angústia, mas não menos impactante. Ao lermos como é o cotidiano dos cidadãos de *Fahrenheit 451* e principalmente como é a vida da esposa de Guy, Mildred, sentimos como que um entorpecimento, uma espécie de relaxamento mórbido, como se tudo passasse a ser indiferente. Isso porque a vida dessa sociedade é completamente superficial. As pessoas passam dias inteiros diante de televisões enormes, conversando umas com as outras sobre nada, sequer sem ter a certeza se as pessoas do outro lado da tela são reais, tomando drogas que as deixem sempre felizes e satisfeitas, comprando futilidades, dando festas sem objetivos, enfim, uma existência reduzida à superfície da consciência. Na seguinte passagem, vemos como

Mildred ignora terminantemente a gravidade do fato que Guy, a essa altura abalado pelos acontecimentos, lhe narra:

Ele olhou consternado para o chão.

– Nós queimamos uma velha junto com os livros dela.

– Por sorte o tapete é lavável. – Ela foi buscar um esfregão e limpou aquilo. – Eu fui até a casa de Helen ontem à noite. – Você não podia assistir aos programas no seu próprio salão?

– Claro, mas é bom visitar as pessoas.

Ela desapareceu para dentro do salão.

Ele a ouviu cantarolando.

– Mildred? – chamou ele.

Ela voltou, cantando, estalando levemente os dedos.

– Você não quer saber sobre ontem à noite? – perguntou ele.

– O que houve?

– Nós queimamos uns mil livros. Queimamos uma mulher.

– E daí? (p.72)

A total apatia com a qual ela recebe a notícia de que uma mulher fora queimada viva demonstra com bastante clareza o *modus vivendi* desta sociedade. Tal atitude é corroborada por aquele que funciona como um Grande Inquisidor para a narrativa: Beatty, o chefe de Guy Montag e chefe dos bombeiros:

Os enterros são tristes e pagãos? Elimine-os também. Cinco minutos depois que uma pessoa morreu, ela está a caminho do Grande Crematório, os incineradores atendidos por helicópteros em todo o país. Dez minutos depois da morte, um homem é um grão de poeira negra. Não vamos ficar arengando os *in memoriam* para os indivíduos. Esqueça-os. Queime tudo, queime tudo. O fogo é luminoso e o fogo é limpo. (p.83)

A morte como um estorvo que deve ser eliminado transforma as pessoas em bolas de papel sendo incineradas para nunca mais incomodar. Não é muito diferente do



que Orwell idealiza com suas vaporizações. Novamente vem à baila a questão do esquecimento, já apontada em 1984 como o principal recurso utilizado pelo Partido para perpetuar-se no poder. Por sinal, é Beatty o personagem mais complexo do romance. Não podendo explorar as suas multifaces, foquemos no que ele nos diz a respeito da “filosofia” que reina nessa sociedade:

As revistas se tornaram uma mistura insossa. Os livros, assim diziam os malditos críticos esnobes, eram água de louça suja. Não *admira* que parassem de ser vendidos, disseram os críticos. Mas o público, sabendo o que queria, com a cabeça no ar, deixou que as histórias em quadrinhos sobrevivessem. E as revistas de sexo em 3-D, é claro. Aí está, Montag. A coisa não veio do governo. Não houve nenhum decreto, nenhuma declaração, nenhuma censura como ponto de partida. Não! A tecnologia, a exploração das massas e a pressão das minorias realizaram a façanha, graças a Deus. Hoje, graças a elas, você pode ficar o tempo todo feliz, você pode ler os quadrinhos, as boas e velhas confissões ou os periódicos profissionais. (p.81)

Talvez seja nesse ponto que *Fahrenheit* se distinga do romance orwelliano e da parábola e mostre uma faceta, presente também nos outros, mas com maior relevo neste, difícil de ser aceita pelos intelectuais, principalmente os mais envolvidos com uma militância marxista que, grosseiramente, pretende atingir uma consciência de classe, como se o proletariado, ao descobrir sua função no esquema capitalista, imediatamente se revoltasse e provocasse uma revolução. Esta faceta é a de que as mudanças que criam uma sociedade “entorpecida”, apática, partem diretamente das massas. Não é simplesmente um governo autoritário que ascende ao poder e limita as liberdades dos indivíduos. Há como que um

clima favorável a essa ascensão. O que Beatty diz é que a função dos bombeiros é menos a de policiais repressores do que lixeiros que se livram do entulho. É certo que é proibido ler livros de literatura e filosofia, a atividade de leitura é meramente instrumental, mas a lei é quase inútil nesse caso. Seria, novamente com a analogia, como proibir os cidadãos de manterem lixo em casa, algo que, pressupomos, ninguém o fará ou verá utilidade nisso.

O que há, portanto, sub-repticiamente no discurso de Beatty é a ideia, reiterada várias vezes ao longo do romance, de que os livros fazem dos homens seres infelizes, e os homens querem ser felizes, logo, queimem-se os livros e os homens permanecerão felizes eternamente. O que mais aproxima *Fahrenheit* da parábola do Grande Inquisidor é, pois, a colocação da felicidade como último objetivo do ser humano e após ela, a morte, que transforma o homem num “grão de poeira negra”. Dessa forma, o que há de mais absurdo nessa sociedade é a manutenção de seus habitantes em constante estado de letargia, entendida como felicidade, onde tudo que pode ser preocupante é eliminado, afastado, sobrando apenas a sensação de que “tudo vai bem”.

Não se pode construir uma casa sem pregos e madeira. Se você não quer que se construa uma casa, esconda os pregos e a madeira. Se não quiser um homem politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum. Deixe que ele se esqueça que há uma coisa como a guerra. Se o governo é ineficiente, despótico, ávido por impostos, melhor que ele seja tudo isso do que as pessoas se preocuparem com isso. (...) Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-as tanto com “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto a

informações. Assim, elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E ficarão felizes, porque fatos dessa ordem não mudam. Não as coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências. Aí reside a melancolia. (p.84)

Diz Beatty em outra passagem. Poderia ter sido dito pelo Inquisidor dostoi-evskiano, se este fosse mais “moderno”. Retirar do homem a filosofia e a sociologia, as preocupações políticas e sociais é bem próximo de retirar-lhe a liberdade. Aliás, a própria ideia de não dar “dois lados de uma questão” é uma outra forma de dizer que o homem não suporta a liberdade de consciência e por isso ele sofre. É, mais uma vez, cair na primeira tentação, as pedras viram pães e não há mais espaço para tornar-se o Pão, a testemunha da liberdade. Em *Fahrenheit*, a mentira com a qual o Inquisidor pretende iludir seus seguidores torna-se os “fatos” estéreis que pouco ou quase nada têm de profundidade. Da mesma forma que o Inquisidor pretende uma religião sem Deus, tão somente um simulacro de fé, Beatty vê uma sociedade cuja informação não informa, mas adula os seus cidadãos, dá-lhes a impressão de que sabem alguma coisa.

Em outra interessante passagem do discurso de Beatty,

Por certo você se lembra do menino de sua sala na escola que era excepcionalmente “brilhante”, era quem sempre recitava e dava as respostas enquanto os outros ficavam sentados com cara de cretinos, odiando-o. E não era esse sabichão que vocês pegavam para cristo depois da aula? Claro que era. Todos devemos ser iguais. Nem todos nasceram livres e iguais, como diz a Constituição, mas todos se *fizeram* iguais. Cada homem é a imagem de seu semelhante e, com isso, todos ficam

contentes, pois não há nenhuma montanha que os diminua, contra a qual se avaliar. Isso mesmo! (p.81)

parece que estamos novamente diante do discurso de Chigalióv, na interpretação de Vierkhoviénski, que pretende igualar todos os homens à condição de rebanho. Em *Os Demônios*, temos: “A primeira coisa que fazem é rebaixar o nível da educação, das ciências e dos talentos. O nível elevado das ciências e das aptidões só é acessível aos talentos superiores, e os talentos superiores são dispensáveis!” (p.407). Quando Beatty diz que cada homem é a imagem de seu semelhante, não mais de Deus, em vez de democratizar ou valorizar o homem, como poderíamos pensar de início, ele rebaixa a condição do homem à massa indissociada, à manada de iguais que não consegue aspirar à própria ultrapassagem. O homem defendido por Beatty e pelos Demônios dostoi-evskianos é um homem negativo, incapaz de almejar a superação da sua condição, mas destinado a aceitá-la passivamente e se contentar. O brilhantismo, os talentos superiores precisam ser eliminados em prol de uma igualdade pelo menos. E novamente, retomamos o discurso do Inquisidor, quando acusa Cristo de pensar apenas nos “fortes” e “heróicos”: “o que acontecerá com os milhões e dezenas de milhares de milhões de seres que não estarão em condições de desprezar o pão da terra pelo pão do céu?”. O homem “fraco e torpe” como nos diz o Inquisidor, precisa ser dopado, controlado, brutalmente se necessário, mas não pode ficar infeliz, não pode alcançar o nível da distinção, da exemplaridade. O homem, sentenciam, é incapaz de comandar a sua própria vida, precisando de órgãos externos que o façam. E em *Eu, robô*, encontraremos esses órgãos não mais sob a forma de pessoas eleitas, de “cem mil sofedores”, mas sob a inescrutável forma das Máquinas.

O livro mais famoso de Isaac Asimov procura traçar em nove capítulos a evolução da robótica a partir da criação do chamado cérebro positrônico, que submete todos os robôs a três leis invioláveis: “1. Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano sofra algum mal; 2. Um robô deve obedecer as ordens que lhe sejam dadas por seres humanos, exceto nos casos em que tais ordens contrariem a Primeira Lei; 3. Um robô deve proteger sua própria existência, desde que tal proteção não entre em conflito com a Primeira e a Segunda Lei.”.

Foquemos o último capítulo, no qual nos são apresentadas as Máquinas, o auge da criação robótica.

É o seguinte: uma equipe de matemáticos trabalha vários anos para calcular um cérebro positrônico capaz de realizar outros cálculos similares. Usando esse cérebro, fazem novos cálculos para criar um cérebro positrônico ainda mais complexo, que eles usam para criar outro ainda mais aperfeiçoado... e assim por diante. Segundo Silver, aquilo que denominamos Máquinas é o resultado de dez dessas etapas. (p.246)

Tais criações, que atingiram um grau de complexidade impensável para um ser humano, tornaram-se responsáveis por administrar a economia de toda a Terra. Existem quatro ao todo, cada uma responsável por uma região. O problema que é posto, então, gira em torno do fato de que elas parecem estar errando nos cálculos, visto que houve quedas de produção, fechamentos de fábricas e outros incidentes desimportantes, com danos mínimos. No entanto, um dos personagens levanta a hipótese de que não são as Máquinas que estão errando, mas os seres humanos que desobedecem às suas recomendações, pois devido a Primeira Lei, elas não podem forçar os governantes a seguirem de acordo

com seus dados. E é aí que Asimov transforma seu livro, de um quase idílio entre robôs e homens, em convivência harmônica, numa possível “utopia negativa”:

Toda ação levada a efeito por um diretor que não segue exatamente as instruções da Máquina com a qual ele trabalha se transforma em parte dos dados que serão apresentados à Máquina no problema consecutivo. Em consequência, a Máquina sabe que o referido diretor tem uma certa tendência para desobedecer. A Máquina pode incorporar essa tendência aos dados, até mesmo quantitativamente, isto é, calculando exatamente quando e em que sentido a desobediência deve ocorrer. Suas respostas seriam suficientemente desviadas de modo que, quando o referido diretor desobedecesse, corrigiria automaticamente as respostas, levando-as à direção ótima. A Máquina sabe, Stephen! (p.268)

A conclusão de que as Máquinas conseguiram prever a imprevisibilidade humana acaba por reduzir toda a ação dos homens a dados que são calculados com o fim de atingir a “solução ótima”. De fato, o mundo não passa mais fome, as guerras acabaram, o desemprego também, todos são felizes com seus robôs, não há nada de errado, *por causa das Máquinas*. Foi a técnica, levada às suas últimas consequências, que permitiu ao homem o extremo do conforto e da comodidade. Não há mais nada com o que se preocupar, as Máquinas cuidam de tudo! De tal modo elas seguem a Primeira Lei da robótica que se tornaram indispensáveis:

Pense um pouco nas Máquinas, Stephen. São robôs e obedecem à Primeira Lei da Robótica. Acontece que as Máquinas não trabalham para um único homem, mas para a humanidade inteira. Em consequência, a Primeira Lei se transforma em: “Nenhuma

Máquina pode causar mal à humanidade ou, por omissão, permitir que a humanidade sofra danos.” Muito bem, Stephen. Reflitamos. O que causa dano à humanidade? Acima de tudo, as irregularidades econômicas, quaisquer que sejam suas causas. Não concorda comigo?

– Claro.

– E, no futuro, o que tem maiores possibilidades de causar irregularidades econômicas? Responda, Stephen.

– Eu diria que é a destruição das Máquinas – respondeu Byerley, relutante.

– O mesmo diria eu; o mesmo diriam as próprias Máquinas. Portanto, o primeiro cuidado delas é preservar-se, para o nosso bem. Assim sendo, cuidam tranquilamente de eliminar os únicos elementos que podem prejudicá-las. Não é a Sociedade em Prol da Humanidade que sacode deliberadamente a canoa no intuito de fazer com que as Máquinas afundem. Você encarou a situação pelo lado inverso. Diria melhor: as Máquinas estão sacudindo a canoa, bem de leve, apenas o suficiente para lançar na água os poucos que ainda se agarram a esperanças que as Máquinas consideram prejudiciais à humanidade. (p.268-9)

A emancipação das Máquinas não se deu de maneira apocalíptica, muito pelo contrário. Foi na utopia que elas se viram capazes de guiar a humanidade para que esta não sofra danos. Ao obedecer cegamente à Primeira Lei (humanamente criada, é verdade) as Máquinas não só evitaram as guerras ou a fome, mas *impediram* qualquer chance do homem, encarado como humanidade, causar danos a si mesmo. Contrariando o que o “homem do subsolo” dostoiévskiano diria, as Máquinas castraram o homem de poder querer o próprio mal, conduzindo todos os resultados sempre na “direção ótima”.

A personagem Susan Calvin prossegue, então, explicando como o desenvolvimento absurdo das Máquinas permitiu que elas soubessem o tipo de sociedade que geraria menos miséria e infelicidade. E que elas conduziriam a humanidade nessa direção, sem contar às pessoas para que elas não tivessem seu orgulho ferido e ficassem infelizes. Por saberem mais, por terem calculado com precisão, as Máquinas sabem o que é melhor para nós e preferem nos manter na ilusão de que decidimos nosso próprio destino. Novamente vem-nos a fala do Inquisidor acerca da mentira e dos “cem mil sofredores” que farão dos milhares de milhões felizes e despreocupados. A resposta de Stephen, como esperado, expressa um profundo temor:

– Mas suas palavras significam, Susan, que a Sociedade em Prol da Humanidade está com a razão e que a humanidade perdeu o direito de decidir sobre o seu próprio futuro.

– Na realidade, a humanidade nunca teve tal direito. Sempre estive à mercê de forças econômicas e sociológicas que ela era incapaz de compreender, à mercê dos climas e das fortunas da guerra. Agora, as Máquinas compreendem essas forças; e ninguém poderá conter as Máquinas, porque elas cuidarão dessas forças do mesmo modo pelo qual estão cuidado da Sociedade em Prol da Humanidade, tendo à sua disposição a mais poderosa de todas as armas: o controle absoluto de nossa economia.

– Que coisa horrível!

– Talvez você deva dizer: que coisa maravilhosa! Lembre-se de que, afinal, de agora até o final dos tempos, todos os conflitos são evitáveis. De agora em diante apenas as Máquinas são inevitáveis! (p.270-1)

A declaração da total falência da humanidade em tentar, por seus próprios meios, resolver seus problemas, confiando-os ao poder da técnica, exacerbado nas

figuras monstruosas e oraculares das Máquinas, é a mensagem que o final de *Eu, robô* parece deixar em suspenso. As Máquinas retiraram do homem, com a permissão deste, sua liberdade, visto que sua única preocupação é ser feliz. Talvez seja questionável o fato de a liberdade humana poder ser calculada por qualquer tipo de computador, mas, para além disso, estamos de novo diante da primeira tentação. Como nos diz o Inquisidor, “Oh, nunca, nunca se alimentarão sem nós! Nenhuma ciência lhes dará o pão enquanto eles permanecerem livres, mas ao cabo de tudo eles nos trairão sua liberdade e a porão a nossos pés, dizendo: ‘É preferível que nos escravizeis, mas nos deem de comer’.” (p.351). Justapondo essa afirmação à de Susan Calvin, “apenas as Máquinas são inevitáveis”, logo vemos a proximidade dos objetivos, com a crucial diferença de que as Máquinas asimovianas seriam como que o limite extremo dos anseios do Inquisidor, já que não sobrar nada de humano para tomar as decisões, puramente técnicas. Os “cem mil sofredores” inexistirão nesse futuro terrivelmente idílico.

Também é possível ver na idealização das Máquinas a afirmação do Grande Inquisidor que proclama “E como o homem não tem condições de dispensar os milagres, criará para si novos milagres, já seus, e então se curvará ao milagre do curandeirismo, ao feitiço das bruxas, mesmo que cem vezes tenha sido rebelde, herege e ateu.” (p.354).

Assim é que o problema da liberdade do homem posto em relevo na parábola criada por Ivan Karamázov ganha ressonâncias em algumas das principais obras distópicas do século XX, cuja relevância parece aumentar cada vez mais à medida que o século XXI avança. No entanto, talvez a especificidade dostoiévskiana da parábola contenha algo que potencialize a

obra tanto no plano temático como no estético: é a reação de Cristo às palavras do Inquisidor.

Como dissemos, ao aceitar a segunda tentação, o Inquisidor passou a ver apenas a si mesmo, sua empatia e reconhecimento do outro passaram a ser mediados pelas suas próprias vontades e desejos. Ele via o outro através de si, o que o levava a considerar que aquilo que fosse melhor para si seria, conseqüentemente, o melhor para o outro. Porém, quando Cristo o beija faz mais do que dar uma resposta, dá uma visão. Cristo dá ao Inquisidor a visão de um *mundo possível*, um mundo de *verdades* e não mentiras ilusórias. Cristo restitui ao Inquisidor, mesmo que por pouco tempo, a figura do outro no seu espectro visual, retirando-o daquela torre isolada onde ele via apenas a si mesmo. Na terra de sombras e mentiras que o Inquisidor planeja, Cristo resiste como um foco de luz e *possibilidades de verdade*. Como testemunho, Ele é a prova que o homem pode ser mais do que “fraco e torpe”, do que meramente igual aos outros. Ele mostra ao Inquisidor a beleza que advém da fé, entendida esta como o arriscar-se a um mundo imprevisível, mas desejável, em comunhão e livre amor. Se os regimes que viemos mostrando são retratos de como o mundo *não* deveria ser, o beijo de Cristo é um vislumbre de como ele *não precisa* ser dessa maneira, desde que os homens reconheçam-se nas faces do outro e, nisso, reconheçam que é possível ultrapassar a condição “fraca e torpe”, a própria morte.

### Referências Bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. “Uma sociedade sem classes”. In: \_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 355-389.

ASIMOV, Isaac. *Eu, robô*. Trad. Luis Horácio da Matta. 2. ed. São Paulo: Edibolso, 1976.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima*. Trad. Cid Knipel. 2. ed. São Paulo: Globo, 2012.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os Irmãos Karamázov*. Trad. Paulo Bezerra; Ilustrações: Ulysses Bôscolo. v.1. São Paulo: Ed.34, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Demônios*. Trad. Paulo Bezerra; Desenhos: Claudio Mubarac. 5. ed. São Paulo: Ed.34, 2013.

ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

**Abstract:** *The main goal of this paper is to investigate how the questions proposed by Dostoevsky's "Legend of Grand Inquisitor", inserted in Brothers Karamazov (1881) acquire important and sometimes unexpected resonances in at least three twentieth century dystopias: George Orwell's 1984, Ray Bradbury's Fahrenheit 451 and Isaac Asimov's I, Robot. The question about human freedom and its consequences is placed as central in Dostoevsky writing and is presented with more or less emphasis in the other analysed novels. Thus, a kind of continuity seems to be suggested, either in Orwell's totalitarian politics and his theory of power, either in Bradbury's cultural industry and his spectacularized society, either in Asimov's sci-fi and his technics taken to the last consequences. Besides, this paper intends to identify in another Dostoevsky novel, Demons (1871), signs of these same dystopian worries in the theory of character Shygaliov.*

**Key-words:** *Dostoevsky; Dystopias; Grand Inquisitor*